

Concessionária do Bloco Sul S.A.

**Demonstrações financeiras referentes aos
exercícios findos em 31 de dezembro de 2024
e 2023.**

Conteúdo

Relatório da Administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	9
Balancos patrimoniais	12
Demonstrações dos resultados	13
Demonstrações dos resultados abrangentes	14
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	15
Demonstrações dos fluxos de caixa – Método indireto	16
Notas explicativas às demonstrações financeiras	17

Relatório da Administração

1.1. Sobre a Companhia

1.2. Aos acionistas

Submetemos à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Concessionária do Bloco Central, acompanhadas do Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e expressando os resultados alcançados no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024.

1.3. Destaques do ano de 2024

O ano de 2024 foi marcado pelo término do prazo contratual da denominada Fase I-B do Contrato de Concessão e, conseqüentemente, de seus investimentos obrigatórios, voltados à adequação da infraestrutura aos normativos e à disciplina do Contrato de Concessão nos 9 (nove) aeroportos que compõem o Bloco Sul.

O tráfego de passageiros cresceu 2,9% frente a 2023, alcançando 11,3 milhões de passageiros, enquanto a movimentação de cargas de importação e exportação cresceu 15,6% no mesmo período, totalizando 23 mil toneladas. Como destaque no campo comercial para os aeroportos do bloco, foram 37 novos contratos de varejo, alimentação e serviços assinados, com 853m² de área bruta locável (ABL) e 29 inaugurações ao longo do ano. Dentre outras importantes ações comerciais ocorridas ao longo do ano, destacam-se:

- 20 (vinte) inaugurações de operações de varejo, alimentação e serviços em Curitiba;
- Entrega da praça de alimentação de Foz do Iguaçu, 100% comercializada;
- Inauguração de 2 novas salas VIP, sendo uma em Curitiba e outra em Foz do Iguaçu, totalizando 384m²;
- Ampliação de 3 salas VIP em Curitiba, Joinville e Londrina, com 291m² adicionais;
- Inauguração de 2 (duas) novas rotas internacionais, sendo uma ligando Curitiba a Lima, operada pela Latam, e outra ligando Curitiba a Assunção, operada pela Azul;

2. Governança, Gestão e Estratégia Corporativa

2.1. Administração

A Companhia possui uma estrutura de governança corporativa que inclui o Conselho de Administração e a Diretoria Executiva. A governança corporativa da companhia tem como principal objetivo conduzir, continuamente, os processos decisórios e de gestão, garantindo qualidade e respeito aos interesses dos acionistas e demais partes interessadas, visando promover equilíbrio, igualdade de interesses e transparência nos processos de tomada de decisão.

O Conselho de Administração é hoje composto por cinco membros eleitos pela Assembleia Geral, todos com prazo de gestão por dois anos, admitida a reeleição.

De acordo com o Estatuto Social da Companhia, a diretoria executiva é composta por dois Diretores, dentre eles, um será designado Diretor Presidente e um Diretor sem designação específica, sendo permitido o acúmulo de cargo da Diretoria da Companhia por uma mesma pessoa. Os representantes da diretoria executiva são eleitos pelo Conselho de Administração, com prazos de gestão de dois anos, permitidas reeleições.

2.2. Gestão de Pessoas

A Companhia vinculada ao seu planejamento estratégico tem o colaborar no centro de sua gestão atuando como um dos principais stakeholders.

Em dezembro de 2024, atuam na Companhia 413 colaboradores efetivos. Visando a eficiência operacional, o ativo conta com cultura matricial e com uma administração na sede da Plataforma Aeroportos com recursos da média e alta administração compartilhados entre todos os aeroportos.

A empresa prima pela segurança de seus colaboradores e no ano de 2024 continuou a implantação de diversas ações preventivas e inovadoras para garantir uma trajetória com meta de zero acidentes no decorrer de sua atividade.

Além disso, a empresa consolidou sua cultura, tendo como propósito melhorar a vida das pessoas através da mobilidade, a visão de liderar o setor de mobilidade, com foco na criação de valor sustentável, e a cultura dos três Is (Integridade, Integração e Impacto).

2.3. Partes Relacionadas

De acordo com o Contrato de Concessão, entende-se por parte relacionada referente à Companhia, qualquer pessoa controladora, coligada e respectivas controladas, bem como aquelas assim consideradas pelas normas contábeis em vigor.

De forma a garantir a governança em suas transações comerciais com partes relacionadas, cuja finalidade principal é garantir a lisura e transparência nos procedimentos, a utilização de parâmetros de mercado para contratações e o cumprimento das cláusulas contratuais, o Contrato de Concessão estabeleceu a necessidade de publicação e implementação de uma Política de Transações entre Partes Relacionadas pela Concessionária, a qual estabelece procedimentos específicos que deverão ser observados neste tipo de contratação em linha com as previsões contidas no Contrato de Concessão a respeito deste tema.

Todo e qualquer contrato a ser realizado com parte relacionada deverá ser enviado à ANAC em até 15 (quinze) dias após a sua celebração com a justificativa da administração para a contratação com a Parte Relacionada em vistas das alternativas de mercado.

3. Desempenho Econômico e Financeiro

3.1. Desempenho

3.1.1 Receita

Receitas Operacionais*	2024	2023	Varição
Receitas Tarifárias	313.443	289.532	8%
Receitas Não Tarifárias	295.160	243.512	21%
Receita Bruta	608.603	533.044	14%
(-) Deduções da Receita	-71.957	-66.442	8%
Receita Líquida	536.646	466.602	15%

*Desconsidera Receita de Construção

Em 2024 houve um crescimento de 8% na receita tarifária, puxado pelo crescimento de passageiros e na movimentação de cargas, conforme quadro abaixo:

Indicadores Operacionais	2024	2023	Varição
Número de Passageiros Totais	11.309.795	11.005.413	3%
Movimentação Total de Aeronaves (MTA)	167.370	164.438	2%
Volume de Cargas (Toneladas)	23.286	19.896	17%

A receita não tarifária teve um aumento de 21%, impactada pela ampliação de 3 novas salas VIP (Curitiba, Joinville e Londrina) e inauguração de 2 novas salas VIPs (Curitiba e Foz do Iguaçu), abertura de novas operações de varejo, alimentação e serviços (incluindo 20 inaugurações apenas em Curitiba), renegociação de contratos de hangares, performance dos contratos de publicidade, entre outros.

3.1.2 Custos e Despesas

Em 2024 a Companhia atuou plenamente durante todo o ano, apesar de grande atuação o patamar de custos é o mesmo se comparado a 2023, o compromisso da Companhia com a eficiência operacional continua, destaca-se importante economia em custos recorrentes a partir da negociação de novos contratos de diversos serviços operacionais, tais como limpeza, segurança e bombeiros.

3.1.3. Dívida

Em 2024 foi realizado desembolso da segunda série da terceira emissão de debêntures no valor de R\$ 700 milhões, com remuneração de IPCA + 6,99% a.a. e R\$ 150 milhões junto ao BNDES, com remuneração de IPCA +8,25% a.a. Esses recursos tiveram como destinação a realização de investimentos.

4. Sustentabilidade

4.1 ESG

A sustentabilidade é um tema estratégico do Grupo CCR para impulsionar a geração de valor aos acionistas, clientes, fornecedores, sociedade, colaboradores e todos os seus outros públicos de relacionamento. Assim sendo, em 2024 anunciou a Ambição CCR 2035, consolidando a visão estratégica do Grupo CCR para a próxima década. Um dos pilares que a sustentam é a Liderança em Sustentabilidade, desdobrada em Estratégia de Sustentabilidade, revisada também neste ano, endereçando os temas materiais e compromissos da CCR.

Para garantir a implementação da Estratégia de Sustentabilidade, foi revisada e definida uma governança composta por: Conselho de Administração (CA), Comitê de Pessoas & ESG (CP&ESG), Comitê Estratégico de Sustentabilidade (CES), Grupo Tático e Operacional de Sustentabilidade (GTOS), Diretoria de Sustentabilidade e colaboradores CCR. As responsabilidades associadas aos membros da governança de sustentabilidade foram definidas e divulgadas no Regimento da Governança da Estratégia de Sustentabilidade do Grupo CCR.

Assegurada por uma estrutura de governança de forma que a sustentabilidade ocorra de maneira transversal à Companhia, desde o Conselho de Administração (CA) até as concessionárias que administram os ativos de infraestrutura do Grupo CCR, estando a gestão desta estratégia a cargo da Diretoria Vice-Presidência de Sustentabilidade, Riscos e Compliance. A atuação do Conselho de Administração, por meio do Comitê de Pessoas e ESG (CP&ESG) que o assessora, através do monitoramento e antecipação de tendências em temas globais de ESG (Environmental, Social and Governance), identificando questões críticas que representem oportunidades de aprimoramento, riscos ou que possam ter impacto relevante nos negócios, no relacionamento com partes interessadas, na imagem do Grupo CCR e nos seus resultados de curto, médio e longo prazos.

A Diretoria de Sustentabilidade (DS) conta com executiva responsável pela gestão do tema e equipe responsável por disseminar e internalizar os conceitos, práticas e estratégia para os negócios, atuando como um consultor interno para o tema, além de ser responsável por promover ações de engajamento e capacitação, buscando manter o pioneirismo à frente da agenda de sustentabilidade no setor de atuação.

Em 2024, seguimos avançando com a revisão/atualização e desdobramento da Estratégia de Sustentabilidade, além das metas ESG atreladas à remuneração variável dos executivos, que são desdobradas na Companhia. Seguimos integrando a carteira do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) e pelo 14º ano consecutivo, permanecemos listados no Índice de Carbono Eficiente (IC02), ambos da B3. Além disso, mantivemos rating AA no MSCI (Morgan Stanley Capital International), conforme última atualização.

Somos Selo Ouro no Programa Brasileiro GHG Protocol (Greenhouse Gas Protocol) desde 2013, alcançando a marca de 11 anos consecutivos. O score do CDP (Carbon Disclosure Project) 2024, assim como a atualização da carteira do ISE 2024/2025, não foram disponibilizados até a data de publicação deste Relatório.

Um sólido conjunto de políticas corporativas é a base para que a gestão da sustentabilidade esteja em linha com os objetivos estratégicos do Grupo CCR. Para conhecer as políticas do Grupo CCR, acesse a seção de Governança no site da CCR, no item Políticas, Estatuto, Código de Ética, Acordo de Acionistas e Outros Contratos - CCR.

Visando a transparência de suas ações, anualmente, o Grupo CCR divulga os resultados e avanços na gestão da sustentabilidade dos negócios por meio do seu Relatório Anual Integrado (RAI), adotando a metodologia proposta pelo Comitê Internacional para Relatos Integrados (sigla em inglês, IIRC) e dos indicadores padronizados internacionalmente, propostos pela Global Reporting Initiative (GRI) e Sustainability Accounting Standards Board (SASB).

Para ler a edição mais recente do Relatório Anual Integrado acesse:

<http://www.grupoccr.com.br/sustentabilidade/relatorios>

4.2 Iniciativas voluntárias

O Grupo CCR participa voluntariamente de iniciativas externas capitaneadas por instituições reconhecidas pelo esforço para a promoção do desenvolvimento sustentável.

Os principais movimentos aos quais a Companhia adere são:

- Pacto Global (Organização das Nações Unidas – ONU): iniciativa da ONU que dissemina 10 princípios a serem seguidos por companhias que ambicionam agir com responsabilidade e sustentabilidade.
- Agenda 2030 e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS): plataforma da ONU que visa engajar governos, empresas, ONGs e cidadãos em prol do desenvolvimento sustentável.
- Disclosure Insight Action (CDP): coalizão internacional que fomenta a publicação de inventários de GEE (Gases do Efeito Estufa) e informações sobre a gestão das emissões para o público investidor.
- Global Reporting Initiative (GRI): organização multistakeholder que desenvolveu as diretrizes mais aceitas internacionalmente para o relato da gestão de sustentabilidade corporativa.
- Sustainability Accounting Standards Board (SASB): os padrões SASB promovem a divulgação de informações materiais de sustentabilidade para atender às necessidades dos investidores, de acordo com cada setor.
- Relato Integrado (IIRC): o principal objetivo desse framework é explicar para os stakeholders como a Companhia gera valor ao longo do tempo, em diferentes tipos de capitais.
- Movimento Ambição Net Zero: uma iniciativa do Pacto Global da ONU no Brasil, que apoia empresas a estabelecerem compromissos e metas em relação ao clima.
- Science Based Targets Initiative (SBTi): a iniciativa impulsiona ações climáticas ambiciosas no setor privado, permitindo que as organizações estabeleçam metas de redução de emissões com base científica.
- CEBDS: Adesão ao Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (CEBDS), que em conjunto com as companhias associadas atuam como agentes de transformação, liderando e cocriando o caminho rumo a uma economia mais sustentável e equitativa para esta e, também, para futuras gerações.

4.3 Meio Ambiente – Principais ações e destaques

A busca pela redução de impactos ambientais e a otimização no consumo de recursos naturais são premissas da gestão sustentável dos negócios da CCR, consideradas em toda cadeia de valor das plataformas (rodovias, mobilidade urbana e aeroportos), colaborando na construção de uma economia de baixo carbono, mitigando os impactos na biodiversidade e reduzindo o consumo de recursos naturais. Para isso, o Grupo se fortalece com diretrizes corporativas, como a Política de Meio Ambiente e a Política de Mudanças Climáticas e apoia fortemente as iniciativas locais nas unidades de negócio, com a implantação do Sistema de Gestão Ambiental como um dos pilares do Sistema de Gestão Integrado CCR.

O Grupo CCR realiza a gestão da biodiversidade de flora e fauna de acordo com as exigências legais, como projetos de restauração florestal.

A Estratégia Climática é um tema material para o Grupo CCR, sendo pioneiro no setor neste ano ao divulgar a estratégia de resiliência climática para 100% dos seus ativos. A CCR também possui a Política de Mudanças Climáticas, que passou por revisão no final de 2024 e tem como objetivo estabelecer compromissos e diretrizes para a gestão de riscos, impactos e oportunidades, bem como para a adaptação aos efeitos dessas alterações e a redução das emissões de gases de efeito estufa nas operações nos negócios do Grupo CCR.

Ela afirma o compromisso com o esforço internacional de limitar o aquecimento global a 1,5°C até 2033, conforme definido no Acordo de Paris.

A agenda climática também compõe a Matriz de Riscos Corporativos do Grupo CCR, com base nas recomendações da Task Force on Climate-Related Financial Disclosures (TCFD).

Em 2023, recebeu a aprovação de suas metas de redução de gases de efeito estufa pela Science Based Targets Initiative (SBTi). Com isso, a CCR se tornou a primeira empresa do setor de infraestrutura no país a firmar o compromisso público de descarbonização com a iniciativa. Para contribuir com os avanços das metas estabelecidas e Ambição 2035, a CCR antecipou, em um ano, sua meta de abastecer 100% de suas operações com energia renovável.

Em 2024, a Companhia realizou a primeira operação de compra de crédito de carbono do Brasil, que será registrada na plataforma da B3. Além disso, firmou parceria com geradoras e transmissoras de energia elétrica renovável, reforçando seu compromisso com a sustentabilidade.

Ainda em 2024, o Grupo CCR iniciou a avaliação dos impactos, dependências, riscos e oportunidades para a Plataforma Rodovias seguindo a metodologia proposta pela TNFD - Task Force on Nature Financial Disclosure, denominada LEAP – Localize, Evaluate, Assess, Prepare. Tal iniciativa fundamentará a atuação da Companhia na adoção de Soluções Baseadas na Natureza (SBN, ou NBS – Nature Based Solutions) como medida de compensação dos impactos do negócio.

Outros destaques e informações podem ser verificados no site:

<https://www.grupoccr.com.br/sustentabilidade/relatorios>

5. Considerações finais

5.1 Auditores Independentes

Em nosso relacionamento com o Auditor Independente, buscamos avaliar o conflito de interesses com trabalhos de não-auditoria com base no princípio de que o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, exercer funções gerenciais e promover nossos interesses. Entretanto, não contratamos nossos Auditores Independentes para trabalhos diversos daqueles correlatos à auditoria externa.

As informações financeiras aqui apresentadas estão de acordo com os critérios da legislação societária brasileira e foram elaboradas a partir de demonstrações financeiras auditadas. As informações não financeiras, assim como outras informações operacionais, não foram objeto de auditoria por parte dos auditores independentes.

5.2 Declaração da Diretoria

A Diretoria da Companhia declara que discutiu, reviu e concordou, por unanimidade, com as opiniões expressas no Relatório da KPMG Auditores Independentes Ltda. ("KPMG") sobre as demonstrações financeiras da Companhia, emitido nesta data, e com as Demonstrações Financeiras, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024.

5.3 Agradecimentos

A Administração da Companhia agradece aos seus acionistas, aos diversos órgãos do poder público, a Agência Nacional da Aviação Civil, aos usuários, financiadores e instituições financeiras e parceiros, pelo apoio, confiança, empenho e comprometimento.

Agradecemos também aos nossos colaboradores pelo entusiasmo em sempre encarar todos os nossos desafios como oportunidades de aprendizados e crescimento.

São Paulo, 20 de março de 2025.

A Administração



KPMG Auditores Independentes Ltda.

Rua Verbo Divino, 1400 Conjunto Térreo ao 801 - Parte, Chácara Santo Antônio,

CEP 04719-911, São Paulo - SP

Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo - SP - Brasil

Telefone 55 (11) 3940-1500

kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da Concessionária do Bloco Sul S.A.

São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Concessionária do Bloco Sul S.A. (Companhia) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Concessionária do Bloco Sul S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 20 de março de 2025.

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-014428/O-6



Marcelo Gavioli
Contador CRC 1SP201409/O-1

Concessionária do Bloco Sul S.A.

Balancos patrimoniais

em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023

(Em milhares Reais)

Ativo	Nota	2024	2023
Circulante		335.542	436.515
Caixa e equivalentes de caixa	6	147.964	349.633
Aplicações financeiras	6	101.296	4.078
Contas a receber das operações	7.1	68.178	56.636
Contas a receber de partes relacionadas	9	151	146
Tributos a recuperar		8.195	11.432
Estoques		7.194	5.441
Adiantamentos a fornecedores		369	1.125
Despesas antecipadas e outros créditos		2.195	8.024
Não circulante		4.301.879	3.213.996
Aplicações financeiras	6	34.678	-
Contas a receber das operações	7.1	503	246
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8.2	144.281	126.715
Tributos a recuperar		1.111	779
Estoques		1.330	-
Depósitos judiciais e outros		144	25
Imobilizado	10	18.757	17.234
Intangível	11	3.889.076	2.653.443
Infraestrutura em construção	11	211.858	415.370
Direito de uso em arrendamento		141	184
Total do Ativo		4.637.421	3.650.511
Passivo e Patrimônio Líquido	Nota	2024	2023
Circulante		215.307	149.465
Financiamentos	12	155	-
Debêntures	13	45.641	32.574
Fornecedores	14	73.908	72.023
Fornecedores e contas a pagar a partes relacionadas	9	55.774	7.803
Passivo de arrendamento		51	51
Impostos e contribuições a recolher		14.141	12.224
Obrigações sociais e trabalhistas	15	22.724	20.988
Outras obrigações		2.913	3.802
Não circulante		3.460.270	2.504.604
Financiamentos	12	146.530	-
Debêntures	13	3.309.698	2.498.696
Fornecedores	14	687	1.896
Passivo de arrendamento		106	147
Obrigações sociais e trabalhistas	15	248	481
Provisão para riscos trabalhistas e previdenciários	16	40	-
Outras obrigações		2.961	3.384
Patrimônio líquido	17	961.844	996.442
Capital social		1.245.010	1.245.010
Reserva de capital		611	186
Prejuízos acumulados		(283.777)	(248.754)
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		4.637.421	3.650.511

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Concessionária do Bloco Sul S.A.

Demonstrações de resultados

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares Reais)

	Nota	2024	2023
Receitas operacionais líquidas	18	1.543.799	779.061
Custo dos serviços prestados		(1.264.346)	(564.256)
Custo de construção		(1.007.153)	(312.459)
Serviços		(116.650)	(113.159)
Depreciação e amortização	10 e 11	(50.065)	(44.238)
Custo com pessoal		(51.017)	(52.856)
Seguros		(2.660)	(3.649)
Eventos, feiras e congressos		(390)	(1.092)
Energia elétrica		(12.881)	(14.801)
Materiais, equipamentos e veículos		(16.476)	(18.487)
Outros		(7.054)	(3.515)
Lucro bruto		279.453	214.805
Despesas operacionais		(59.949)	(60.433)
Despesas gerais e administrativas			
Despesas com pessoal		(34.017)	(31.070)
Serviços		(12.304)	(11.249)
Depreciação e amortização	10 e 11	(781)	(700)
Campanhas publicitárias e eventos, feiras e informativos		(3.009)	(5.922)
Aluguéis de imóveis e condomínios		(827)	(1.229)
Impostos, taxas e despesas com cartório		(377)	(1.365)
Lei Rouanet, incentivos audiovisuais, esportivos e outros		-	(1.265)
Gastos com viagens e estadias		(1.230)	(1.076)
Materiais equipamentos e veículos		(261)	(387)
Perdas com clientes		(1.940)	(2.227)
Provisão para perda esperada - contas a receber		(842)	258
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas, previdenciários, tributários e contratuais		(40)	-
Outras despesas (receitas) operacionais		(4.321)	(4.201)
Resultado antes do resultado financeiro		219.504	154.372
Resultado financeiro	19	(272.093)	(294.557)
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		(52.589)	(140.185)
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	8.1	17.566	46.793
Prejuízo do exercício		(35.023)	(93.392)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Concessionária do Bloco Sul S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares Reais)

	2024	2023
Prejuízo do exercício	(35.023)	(93.392)
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	(35.023)	(93.392)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Concessionária do Bloco Sul S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares Reais)

	Nota	Capital social		Reservas de capital		Total
		Capital social subscrito e integralizado	A integralizar	Plano de Incentivo de Longo Prazo	Prejuízos acumulados	
Saldos em 1º de janeiro de 2023		2.968.340	(1.973.330)	-	(155.362)	839.648
Prejuízo do exercício		-	-	-	(93.392)	(93.392)
Plano de Incentivo de Longo Prazo, liquidável em ações		-	-	186	-	186
Integralização de capital social em 02 de outubro de 2023		-	250.000	-	-	250.000
Saldos em 31 de dezembro de 2023		2.968.340	(1.723.330)	186	(248.754)	996.442
Prejuízo do exercício		-	-	-	(35.023)	(35.023)
Plano de Incentivo de Longo Prazo, liquidável em ações	17.2	-	-	425	-	425
Saldos em 31 de dezembro de 2024		2.968.340	(1.723.330)	611	(283.777)	961.844

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Concessionária do Bloco Sul S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa – Método indireto para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares Reais)

Fluxo de caixa das atividades operacionais	Nota	2024	2023
Prejuízo do exercício		(35.023)	(93.392)
Ajustes por:			
Imposto renda e contribuição social diferidos	8.2	(17.566)	(46.793)
Depreciação e amortização	10 e 11	50.803	44.895
Baixa do ativo imobilizado	10	3	-
Depreciação – Direito de uso em arrendamento		43	43
Juros e variação monetária sobre debêntures e financiamentos	19	337.891	329.964
Capitalização de custos dos empréstimos	10 e 11	(87.793)	(19.878)
Provisão (reversão) para perda esperada - contas a receber das operações	7.1	842	(258)
Constituição líquida de reversões e atualizações para provisões de riscos cíveis, trabalhistas, previdenciários, tributários e contratuais	16	143	-
Comissão de fianças partes relacionadas	19	32.812	24.651
Variação cambial sobre fornecedores estrangeiros	19	13	(66)
Reversão do ajuste a valor presente do arrendamento	19	12	15
Rendimento de aplicação financeira		(3.731)	(5.169)
Plano de Incentivo de Longo Prazo, liquidável em ações	17.2	425	186
Variações nos ativos e passivos			
(Aumento) redução dos ativos			
Contas a receber das operações	7.1	(12.641)	(2.268)
Contas a receber de partes relacionadas	9	(5)	85
Tributos a recuperar		3.384	(6.431)
Estoques		(3.083)	(738)
Adiantamentos a fornecedores		756	(1.125)
Despesas antecipadas e outros créditos		5.710	(3.679)
Aumento (redução) dos passivos			
Fornecedores	14	75.015	(21.195)
Fornecedores e contas a pagar a partes relacionadas	9	15.159	(43.960)
Obrigações sociais e trabalhistas	15	1.503	4.001
Impostos e contribuições a recolher		1.917	6.365
Pagamento de provisão para riscos cíveis, trabalhistas, previdenciários e tributários	16	(103)	-
Outras obrigações		(1.312)	(1.911)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		365.174	163.342
Fluxos de caixa das atividades de investimentos			
Aquisição de ativo imobilizado	10	(2.321)	(4.006)
Aquisição de ativo intangível	11	(1.069.199)	(291.179)
Outros de ativo imobilizado e intangível	10 e 11	32	-
Aplicações financeiras liquidas de resgate	6	(56.451)	82.883
Resgates / aplicações (conta reserva)		(71.714)	-
Caixa líquido usado nas atividades de investimento		(1.199.653)	(212.302)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Debêntures e financiamentos:			
Captações (líquidas de custos de transação)	22.2	828.690	2.479.467
Pagamento de principal	22.2	-	(2.503.967)
Pagamento de juros	22.2	(195.827)	-
Integralização de capital		-	250.000
Arrendamento:			
Pagamento de principal	22.2	(53)	(53)
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento		632.810	225.447
(Redução) aumento do caixa e equivalentes de caixa		(201.669)	176.487
Demonstração da (redução) aumento do caixa e equivalentes de caixa			
No início do exercício		349.633	173.146
No final do exercício		147.964	349.633
		(201.669)	176.487

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



1. Contexto operacional

A Concessionária do Bloco Sul S.A. (“Companhia” ou “Concessionária”), é uma sociedade anônima fechada domiciliada no Brasil. A sede está localizada na Rua Paes Leme, n.º 524, 4º andar, Pinheiros, na cidade de São Paulo, Estado São Paulo.

A Companhia foi constituída em 20 de maio de 2021 tendo o Contrato de Concessão assinado em 20 de outubro de 2021 por um prazo de 30 anos a partir da data de eficácia, qual seja, até 29 de novembro de 2051.

A Companhia é responsável pela prestação do serviço público de ampliação, manutenção e exploração da infraestrutura aeroportuária dos aeroportos Afonso Pena em São José dos Pinhais/PR, Cataratas em Foz do Iguaçu/PR, Governador José Richa em Londrina/PR, Bacacheri em Curitiba/PR, Ministro Victor Konder em Navegantes/SC, Lauro Carneiro de Loyola em Joinville/SC, João Simões Lopes Neto em Pelotas/RS, Rubens Berta em Uruguaiana/RS e Comandante Gustavo Kraemer em Bagé/RS.

Durante o primeiro trimestre de 2022 a Concessionária concluiu o processo de assunção das operações junto à Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária – INFRAERO e cumpriu com todos os requisitos contratuais e regulatórios necessários para a certificação operacional da Concessionária como operador aeroportuário. Sendo assim, em 09 de março de 2022, deu-se início as operações comerciais dos aeroportos Governador José Richa em Londrina/PR, Lauro Carneiro de Loyola em Joinville/SC, Bacacheri em Curitiba/PR, João Simões Lopes Neto em Pelotas/RS, Rubens Berta em Uruguaiana/RS e Comandante Gustavo Kraemer em Bagé/RS e, em 31 de março de 2022, deu-se início as operações comerciais dos aeroportos Afonso Pena em São José dos Pinhais/PR, Ministro Victor Konder em Navegantes/SC e Cataratas em Foz do Iguaçu/PR.

Após esta etapa, em maio de 2022, a Concessionária submeteu à apreciação do Poder Concedente os respectivos anteprojetos e cronogramas de execução dos investimentos de ampliação e adequação da infraestrutura previstos para cada aeroporto, com a caracterização da infraestrutura para atendimento aos requisitos contratuais estabelecidos, após a realização do processo de consulta às partes interessadas relevantes.

Ademais, em agosto de 2022, a Concessionária concluiu a implementação das ações e intervenções imediatas que objetiva aprimorar os padrões operacionais dos aeroportos em questão, por meio da melhoria das condições de utilização dos banheiros e fraldários, revitalização e atualização das sinalizações de informação, disponibilização de internet wi-fi gratuita de alta velocidade em todo terminal de passageiros, revisão e melhoria do sistema de iluminação das vias de acesso de veículos, revisão dos sistemas de climatização, escadas rolantes, esteiras rolantes, elevadores e esteiras para restituição de bagagens, revisão e melhoria das condições de infraestrutura em termos de acessibilidade e demais atividades identificadas.

Por fim, em novembro de 2022, a Concessionária apresentou às partes interessadas relevantes e à Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC o seu Plano de Gestão de Infraestrutura (PGI), contendo o planejamento para o atendimento aos requisitos de infraestrutura durante todo o período da concessão.

Em 2023 iniciaram os investimentos necessários, previstos pelo Plano de Exploração Aeroportuária – PEA, para adequação das infraestruturas dos 9 aeroportos que compõem a Concessionária do Bloco Sul S.A.

Em 2024, os investimentos previstos pelo Plano de Exploração Aeroportuária – PEA foram concluídos, tendo como escopo, a depender do aeroporto, reforma, expansão e melhoria dos terminais de passageiro, ampliação de posições de pátios, adequações aos regulamentos vigentes entre outros.



Bens reversíveis

No final do período de concessão, retornam ao Poder Concedente todos os direitos, privilégios e bens adquiridos, construídos ou transferidos no âmbito do contrato de concessão, sem direito a indenizações.

Apesar do contrato de concessão não incluir cláusulas de renovação, a extensão do prazo de concessão pode ocorrer em caso de necessidade de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato pactuado entre as partes.

Os direitos do Poder Concedente de rescindir o contrato de concessão da Companhia incluem o desempenho insatisfatório da concessionária e a violação significativa dos termos do referido contrato.

O contrato de concessão da Companhia poderá ser rescindido por iniciativa da concessionária, no caso de descumprimento das normas contratuais pelo Poder Concedente, tais como, o não pagamento por parte do Poder Concedente conforme estabelecido no contrato, mediante ação judicial especialmente intentada para esse fim. Neste caso, os serviços prestados pela Companhia não poderão ser interrompidos ou paralisados, até a decisão judicial transitada em julgado.

1.1 Outras informações relevantes - Processos judiciais, administrativos-regulatórios e arbitragem relacionados a questão do contrato de concessão

A Companhia é parte em processos judiciais, administrativos-regulatórios e arbitragens, relacionados a questão do contrato de concessão.

Tais processos administrativos-regulatórios são os instrumentos formais pelos quais ocorre a interação entre a Companhia e o Poder Concedente (como uma relação de prestador de serviço com o cliente) a respeito de temas diversos relativos ao contrato de concessão, abrangendo, mas não se limitando a, questões que afetam interpretação contratual e o equilíbrio econômico-financeiro da concessão.

Tais processos administrativos-regulatórios podem ser iniciados por qualquer das partes, e neles são apresentados e debatidos temas técnicos, regulatórios, contratuais e jurídicos de naturezas diversas sobre a dinâmica da concessão. Durante a sua tramitação, tais processos trazem posições preliminares ou não definitivas a respeito das expectativas de direito de cada parte solicitante. Decisões administrativas devem ser proferidas observando a legislação própria de regência e os próprios contratos de concessão e, de uma forma geral, podem ser objeto de revisão judicial ou arbitral.

As naturezas dessas discussões contratuais tipicamente envolvem reajustes tarifários, eventos de força maior, modificações no momento de execução ou no escopo de obras previstas no contrato de concessão, controvérsias sobre o cumprimento ou não de requisitos contratuais específicos ou ainda sua forma de mensuração.

Existem incertezas relacionadas à mensuração dos processos regulatórios, dentre elas: (i) o entendimento de cada uma das partes sobre o tema, (ii) negociações ou suas evoluções subsequentes, que alteram substancialmente os valores envolvidos, (iii) a complexidade de mensuração, que comumente envolvem perícias técnicas, (iv) elevada probabilidade de que temas diversos sejam avaliados e solucionados de forma conjunta, pelo respectivo saldo líquido dos pleitos reconhecidos de cada parte, e (v) a forma da liquidação.

As resoluções finais sobre os temas regulatórios podem se dar de diversas formas, não excludentes, tais como: i) recebimento ou pagamento em caixa; ii) extensão ou redução de prazo contratual da concessão; iii) redução ou incremento de compromisso de investimentos futuros, aumento ou redução da tarifa.



Além disso, reequilíbrios recebidos sob a forma de aumento ou redução tarifária são reconhecidos à medida em que o serviço é prestado pela concessionária, assim como, reequilíbrios sob a forma de redução ou aumento de compromissos de investimentos futuros, que, por serem contratos executórios, serão reconhecidos no momento da realização da obra de melhoria da infraestrutura.

O acionista e a Administração da Companhia reiteram sua confiança nos procedimentos legais vigentes aplicáveis ao contrato de concessão e avalia o risco de perda das discussões relacionadas a questões regulatórias dos contratos como sendo remoto e/ou sem expectativa de desembolso de caixa.

As demonstrações financeiras não contemplam ajustes decorrentes dessas discussões.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

Declaração de conformidade (com relação às Práticas contábeis adotadas no Brasil)

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP).

Em 20 de março de 2025, foi aprovada pela Administração da Companhia a emissão das demonstrações financeiras.

A Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão divulgadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo através do resultado.

Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos apresentados em Reais nestas demonstrações foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas periodicamente pela Administração da Companhia, sendo as alterações reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.



Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas na data da emissão do relatório que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas notas explicativas:

- 7.1. **Provisão para perda esperada:** principais premissas para determinação do risco de crédito;
- 8.2. **Reconhecimento de ativos fiscais diferidos:** disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais poderão ser utilizados;
11. **Amortização dos ativos intangíveis:** curva de amortização;
- 16.1. **Provisão para riscos cíveis, trabalhistas, previdenciários e tributários:** determinação de valor suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso;
20. **Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo:** premissas para mensuração do valor justo, com base em dados observáveis.

3. Políticas contábeis materiais

As políticas contábeis materiais descritas têm sido aplicadas consistentemente nos exercícios apresentados nas demonstrações financeiras.

3.1. Moeda estrangeira

Transações com moeda estrangeira

Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional da Companhia pela taxa de câmbio da data do fechamento. Ativos e passivos não monetários adquiridos ou contratados em moeda estrangeira, são convertidos com base nas taxas de câmbio das datas das transações ou nas datas de avaliação ao valor justo, quando este é utilizado, e passam a compor os valores dos registros contábeis em reais destas transações, não se sujeitando a variações cambiais posteriores.

Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos são reconhecidos na demonstração de resultados.

3.2. Receitas de contratos com clientes

É aplicado um modelo de cinco etapas para contabilização de receitas decorrentes de contratos com clientes, de tal forma que uma receita é reconhecida por um valor que reflete a contrapartida a que uma entidade espera ter direito em troca de transferência de bens ou serviços para um cliente.

As cinco etapas mencionadas acima são: (1) identificação de contratos com clientes; (2) identificação das obrigações de desempenho do contrato; (3) determinação do preço de transação; (4) alocação do preço da transação para obrigações de performance e; (5) reconhecimento da receita.

As receitas aeroportuárias são reconhecidas quando da utilização pelos usuários/clientes dos aeroportos.

As receitas não tarifárias, são reconhecidas quando da prestação dos serviços.



Receitas de construção: segundo a ICPC 01, quando a concessionária presta serviços de construção ou melhorias na infraestrutura, contabiliza receitas e custos relativos a estes serviços, os quais são determinados em função do estágio de conclusão da evolução física do trabalho contratado, que é alinhada com a medição dos trabalhos realizados.

Os valores das tarifas são pactuados na celebração do contrato de concessão, que preveem as premissas de reajustes anuais.

Uma receita não é reconhecida se há incerteza significativa na sua realização.

Para maiores detalhes, vide nota explicativa n.º 18.

3.3. Instrumentos financeiros

Reconhecimento e mensuração inicial

O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, mais ou menos, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

Classificação e mensuração subsequente

Ativos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.



Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia;
- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros – avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

- eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;
- termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso,



com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros a custo amortizado

Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros a VJR

Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado.

Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando:

- os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram; ou
- transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação em que:
 - substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos; ou
 - a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.



Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.4. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e aplicações financeiras com conversibilidade imediata e risco insignificante de mudança de valor. São recursos mantidos com a finalidade de atender compromissos de curto prazo.

Além dos critérios acima, utiliza-se como parâmetro de classificação, as saídas de recursos previstas para os próximos 3 meses a partir da data da avaliação.

Aplicações financeiras

Refere-se aos demais investimentos financeiros não enquadrados nos itens acima mencionados.

3.5. Custo de transação na emissão de títulos de dívida

Os custos incorridos na captação de recursos junto a terceiros são apropriados ao resultado em função da fluência do prazo, com base no método do custo amortizado, que considera a Taxa Interna de Retorno (TIR) da operação para a apropriação dos encargos financeiros durante a vigência da operação. A taxa interna de retorno considera todos os fluxos de caixa, desde o valor líquido recebido pela concretização da transação até todos os pagamentos efetuados ou a efetuar para a liquidação dessa transação.

3.6. Ativo imobilizado

Reconhecimento e mensuração

O ativo imobilizado é mensurado ao custo histórico de aquisição ou construção de bens, deduzido das depreciações acumuladas e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando necessário.

Os custos dos ativos imobilizados são compostos pelos gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição/construção dos ativos, incluindo custos dos materiais, de mão de obra direta e quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e em condição necessária para que esses possam operar. Além disso, para os ativos qualificáveis, os custos de empréstimos são capitalizados.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos do item do imobilizado a que se referem, caso contrário, são reconhecidos no resultado como despesas.



Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado apurados pela comparação entre os recursos advindos de alienação com o valor contábil do mesmo são reconhecidos no resultado em outras receitas/despesas operacionais.

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido como tal, caso seja provável que sejam incorporados benefícios econômicos a ele e que o seu custo possa ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção são reconhecidos no resultado quando incorridos.

Depreciação

A depreciação é computada pelo método linear, às taxas consideradas compatíveis com a vida útil econômica e/ou o prazo de concessão, dos dois o menor. As principais taxas de depreciação estão demonstradas na nota explicativa n.º 10.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício social e eventuais ajustes são reconhecidos como mudanças de estimativas contábeis.

3.7. Ativos intangíveis

A Companhia possui os seguintes ativos intangíveis:

- Direito de uso e custos de desenvolvimento de sistemas informatizados

São demonstrados ao custo de aquisição, deduzidos da amortização, calculada de acordo com a vida útil.

- Direito de exploração de infraestrutura concedida - vide item 3.13.

Os ativos em fase de construção são classificados como infraestrutura em construção.

Os ativos intangíveis com vida útil definida são monitorados sobre a existência de qualquer indicativo sobre a perda de valor recuperável. Caso tais indicativos existam, a Companhia efetua o teste de valor recuperável.

3.8. Redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*)

Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.

As perdas de crédito esperadas para 12 meses são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço (ou em um período mais curto, caso a vida esperada do instrumento seja menor do que 12 meses).

As provisões para perdas com contas a receber de clientes sem componente significativo de financiamento, são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento, as quais resultam de todos os possíveis eventos de inadimplemento ao longo da vida esperada do instrumento financeiro.

O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Companhia está exposta ao risco de crédito.



Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (forward-looking).

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. Quando aplicável, as perdas de crédito são mensuradas a valor presente, pela diferença entre os fluxos de caixa a receber devidos a Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber.

As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos.

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos e debitada no resultado.

Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável e, caso seja constatado que o ativo está *impaired*, um novo valor do ativo é determinado.

A Companhia determina o valor em uso do ativo tendo como referência o valor presente das projeções dos fluxos de caixa esperados, com base nos orçamentos aprovados pela Administração, na data da avaliação até a data final do prazo de concessão, considerando taxas de descontos que reflitam os riscos específicos relacionados a cada unidade geradora de caixa.

Durante a projeção, as premissas chaves consideradas estão relacionadas à estimativa de tráfego/usuários do projeto de infraestrutura detido, aos índices que reajustam as tarifas, ao crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) e à respectiva elasticidade ao PIB do negócio, custos operacionais, inflação, investimento de capital e taxas de descontos.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado caso o valor contábil de um ativo exceda seu valor recuperável estimado.

O valor recuperável de um ativo é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo.

Quanto aos demais ativos, as perdas de valor recuperável reconhecidas em períodos anteriores são avaliadas a cada data de apresentação para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado, diminuído ou não mais exista. Uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável, somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.



3.9. Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou não formalizada constituída como resultado de um evento passado, que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo.

Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado.

3.10. Receitas e despesas financeiras

Receitas financeiras compreendem basicamente os juros provenientes de aplicações financeiras, mudanças no valor justo de instrumentos financeiros ativos, os quais são registrados através do resultado do exercício e variações monetárias e cambiais positivas sobre instrumentos financeiros passivos.

As despesas financeiras compreendem basicamente os juros e variações monetárias sobre debêntures. Custos de debêntures que não sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis são reconhecidos no resultado do exercício com base no método da taxa efetiva de juros.

3.11. Benefícios a empregados

Planos de contribuição definida

Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego, sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (fundo de previdência) e não terá nenhuma obrigação de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos períodos durante os quais serviços são prestados pelos empregados.

Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

3.12. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, considerando a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido.

O imposto corrente é o imposto a pagar sobre o lucro tributável do exercício, às taxas vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação.



Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço, e reflete a incerteza relacionada ao tributo sobre o lucro, se houver.

Na determinação do imposto de renda corrente e diferido a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas às posições fiscais tomadas e se o pagamento adicional de imposto de renda e juros deve ser realizado. A Companhia acredita que a provisão para imposto de renda no passivo está adequada em relação a todos os períodos fiscais em aberto baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas, que levariam a Companhia a mudar o seu julgamento quanto à adequação da provisão existente, tais alterações impactarão a despesa com imposto de renda no ano em que forem realizadas.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, relacionados a impostos de renda, lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por prejuízos fiscais, bases negativas e diferenças temporárias dedutíveis quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais estes serão utilizados, limitando-se a utilização, a 30% dos lucros tributáveis futuros anuais.

Os impostos ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias consideram a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentados em estudo técnico de viabilidade aprovado pela administração, que contemplam premissas que são afetadas por condições futuras esperadas da economia e do mercado, além de premissas de crescimento da receita decorrente de cada atividade operacional da Companhia, que podem ser impactados pelas reduções ou crescimentos econômicos, as taxas de inflação esperadas, volume de tráfego, entre outras.

O imposto diferido não é reconhecido para diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil.

3.13. Contratos de concessão de serviços – Direito de exploração de infraestrutura (ICPC 01)

A infraestrutura, dentro do alcance da Interpretação Técnica ICPC 01- Contratos de Concessão, não é registrada como ativo imobilizado do concessionário porque o Contrato de Concessão prevê apenas a cessão de posse desses bens para a prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem acesso para construir e/ou operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do concedente nas condições previstas no contrato.

Nos termos dos contratos de concessão dentro do alcance da ICPC 01, o concessionário atua como prestador de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção ou melhoria) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação) durante determinado prazo.

Se o concessionário presta serviços de construção ou melhoria, a remuneração recebida ou a receber pelo concessionário é registrada pelo valor justo. Essa remuneração pode corresponder a direito sobre um ativo intangível, um ativo financeiro ou ambos. O concessionário reconhece um ativo intangível à medida que recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários pela prestação dos serviços públicos. O concessionário reconhece



um ativo financeiro na medida em que tem o direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do concedente pelos serviços de construção.

Tais ativos financeiros são mensurados pelo valor justo no reconhecimento inicial e após são mensurados pelo custo amortizado.

Caso a Companhia seja remunerada pelos serviços de construção parcialmente através de um ativo financeiro e parcialmente por um ativo intangível, então cada componente da remuneração recebida ou a receber é registrado individualmente e é reconhecido inicialmente pelo valor justo da remuneração recebida ou a receber.

O direito de exploração de infraestrutura é oriundo dos dispêndios realizados na construção de obras de melhoria em troca do direito de cobrar dos usuários pela utilização da infraestrutura. Este direito é composto pelo custo da construção somado à margem de lucro e aos custos dos empréstimos atribuíveis a esse ativo. A Companhia estimou que eventual margem, líquida de impostos, é irrelevante, considerando-a zero.

O direito de exploração da infraestrutura também pode ser oriundo de pagamentos ao Poder Concedente em troca do direito de cobrar os usuários pela utilização da infraestrutura.

Dispêndios realizados na construção de obras de melhorias que não geram benefício econômico futuro são registrados como custo quando incorridos por não atenderem ao critério de reconhecimento de ativo intangível.

A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de acordo com a curva de benefício econômico esperado ao longo do prazo da concessão, tendo sido adotada a curva de passageiros estimada como base para a amortização.

3.14. Pagamento baseado em ações

Os pagamentos baseados em ações, liquidáveis em ações, são contabilizados de acordo com o valor dos instrumentos patrimoniais outorgados com base no valor justo na data de outorga. Esse custo é reconhecido durante o período de carência para aquisição do direito dos instrumentos.

3.15. Adoção inicial de normas novas e alterações

O Companhia adotou, inicialmente, a partir de 1º de janeiro de 2024, novas normas que não produziram impactos relevantes nas suas demonstrações financeiras findas em 31 de dezembro de 2024:

- Acordos de financiamento de fornecedores (Risco Sacado) – alterações ao CPC 03 e CPC 40
- Classificação do passivo em circulante ou não circulante – alterações ao CPC 26 e CPC 23
- Passivo não circulante com *covenants* – alterações ao CPC 26;
- Passivos de arrendamento em uma venda e *leaseback* – alterações ao CPC 06;
- Venda ou contribuição de ativos entre um Investidor e sua associada ou *joint venture* – alterações ao CPC 36 e CPC 18.

3.16. Novas normas ainda não efetivas

Algumas novas normas serão efetivas para exercícios findos após 31 de dezembro de 2024 e não foram adotadas na preparação destas demonstrações financeiras.



Outras Normas Contábeis

As seguintes normas alteradas não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia:

- Ausência de conversibilidade (alterações ao CPC 02).

4. Determinação dos valores justos

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos a seguir. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

- Caixa e bancos

Os valores justos desses ativos financeiros são iguais aos valores contábeis, dada sua liquidez imediata.

- Aplicações financeiras

O valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado é apurado por referência aos seus preços de fechamento na data de apresentação das demonstrações financeiras.

- Passivos financeiros não derivativos

O valor justo determinado para fins de registro contábil e/ou divulgação é calculado baseando-se no valor presente dos fluxos de caixa futuros projetados. As taxas utilizadas nos cálculos foram obtidas de fontes públicas (B3 e Bloomberg).

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma. Os diferentes níveis foram definidos a seguir:

- Nível 1: preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- Nível 2: *inputs*, diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e
- Nível 3: premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

5. Gerenciamento de riscos financeiros

5.1. Visão geral

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:



- a) Risco de crédito;
- b) Risco de taxas de juros e inflação;
- c) Risco de taxa de câmbio; e
- d) Risco financeiro e liquidez.

A seguir estão apresentadas as informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados e os objetivos, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco e capital. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo dessas demonstrações financeiras.

a) Risco de crédito

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, adota-se como prática a análise das situações financeira e patrimonial das contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto, exceto para contas a receber junto ao Poder Concedente, que potencialmente sujeitam as investidas à concentração de risco de crédito. No que tange às instituições financeiras, somente são realizadas operações com instituições financeiras de baixo risco, avaliadas por agências de *rating*. Detalhamentos a esse respeito podem ser obtidos nas notas explicativas n.ºs 6, 7, 9, 12, 13 e 20.

b) Risco de taxas de juros e inflação

Decorre da possibilidade de sofrer redução nos ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros.

A Companhia está exposta a taxas de juros flutuantes, principalmente relacionadas às variações do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) relativos as debêntures. As taxas de juros nas aplicações financeiras são em sua maioria vinculadas à variação do CDI. Detalhamento a esse respeito podem ser obtidos nas notas explicativas n.ºs 6, 9, 12, 13 e 20.

c) Risco de taxas de câmbio

Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas para a liquidação de passivos financeiros. Além de valores a pagar e a receber em moedas estrangeiras, a Companhia tem fluxos operacionais de compras e vendas em outras moedas. A Companhia avalia permanentemente a contratação de operações de hedge para mitigar esses riscos.

Para maiores detalhes vide nota explicativa n.º 20.

d) Risco financeiro e liquidez

Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia faz para financiar suas operações. Risco de liquidez é o risco de que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. Para mitigar os riscos de liquidez e otimizar o custo médio ponderado do capital, são monitorados permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e o cumprimento de índices (*covenants*) previstos em contratos de financiamentos.



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Informações sobre os vencimentos dos instrumentos financeiros passivos podem ser obtidas nas respectivas notas explicativas.

O quadro seguinte apresenta os passivos financeiros não derivativos, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual de vencimento. Esses valores são brutos e não descontados, e incluem pagamento de juros contratuais:

	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 3 anos	Entre 3 e 4 anos	Acima de 4 anos
Empréstimos e financiamentos (a)	12.111	12.014	13.527	15.024	326.634
Debêntures (a)	229.344	228.415	231.766	245.541	6.104.305
Fornecedores e outras obrigações	76.821	3.648	-	-	-
Fornecedores e contas a pagar a partes relacionadas	55.774	-	-	-	-

(a) Valores brutos dos custos de transação.

6. Caixa e equivalentes de caixa e Aplicações financeiras

Caixa e equivalentes de caixa	2024	2023
Caixa e bancos	369	489
Aplicações financeiras enquadradas como equivalentes de caixa (a)	147.595	349.144
Total	147.964	349.633

Aplicações financeiras	2024	2023
Circulante	101.296	4.078
Aplicações financeiras (a)	64.260	4.078
Conta reserva (b)	37.036	-
Não circulante	34.678	-
Conta reserva (b)	34.678	-
Total	135.974	4.078

As aplicações financeiras foram remuneradas à taxa média de 98,96% do CDI, equivalente a 10,76% a.a., em 31 de dezembro de 2024 (102,15% do CDI, equivalente a 13,39% a.a, em média, em 31 de dezembro de 2023).

- (a) Compreende substancialmente aplicações em fundo de investimento exclusivo e CDB; e
- (b) Destinada a atender obrigações contratuais de longo prazo relacionadas a debêntures e financiamentos (notas explicativas n.ºs 12 e 13).



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

7. Contas a receber

7.1. Contas a receber líquidas

	2024	2023
Circulante	68.178	56.636
Contas a receber das operações (a)	73.468	61.084
Provisão para perda esperada (b)	(5.290)	(4.448)
Não circulante	503	246
Contas a receber das operações (a)	503	246
Total	68.681	56.882

- (a) Créditos a receber decorrentes de tarifas aeroportuárias, tais como tarifas de embarque, conexão, pouso, permanência, armazenagem, capatazia e créditos a receber decorrentes de receitas não tarifárias tais como estacionamento, locação de espaço físico, direito de acesso ao terminal e outros serviços de apoio; e
(b) Reflete a perda esperada das operações, referentes aos créditos a receber citados no item (a).

7.2. Aging do contas a receber

Idade de vencimentos dos títulos	2024	2023
Créditos a vencer	65.013	54.136
Créditos vencidos até 60 dias	3.247	1.916
Créditos vencidos de 61 até 90 dias	421	830
Créditos vencidos de 91 até 180 dias	975	2.021
Créditos vencidos há mais de 180 dias	4.315	2.427
Total	73.971	61.330

8. Imposto de renda e contribuição social

8.1. Conciliação do imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos

A conciliação do imposto de renda e contribuição social registrada no resultado é demonstrada a seguir:

Conciliação do imposto de renda e contribuição social	2024	2023
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social	(52.589)	(140.185)
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal (34%)	17.880	47.663
Efeito tributário das adições e exclusões permanentes		
Despesas indedutíveis	(573)	(854)
Remuneração variável de dirigentes estatutários	(55)	(78)
Atualização monetária sobre créditos tributários (Selic)	218	61
Outros ajustes tributários	96	1
Despesa de imposto de renda e contribuição social	17.566	46.793
Impostos diferidos	17.566	46.793
Alíquota efetiva de impostos	33,40%	33,38%



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

8.2. Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm as seguintes origens:

Imposto de renda e a contribuição social diferidos	2024	2023
Ativo	195.404	142.500
IRPJ e CSLL sobre prejuízos fiscais e bases negativas (a)	185.502	132.293
Provisão para participação nos resultados (PLR)	4.357	4.694
Provisão para perda esperada - contas a receber	1.799	1.512
Provisão para fornecedores	48	51
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas, previdenciários, tributários e contratuais	14	-
Tributos com exigibilidade suspensa - Pis e Cofins	819	325
Pré operacionalidade	2.172	3.175
Arrendamento	2	5
Programa de Gratificação Longo Prazo	691	445
Compensação de imposto ativo	(51.123)	(15.785)
Impostos ativos após compensação	144.281	126.715
Passivo	(51.123)	(15.785)
Capitalização de juros	(37.253)	(7.525)
Custo de transação de debêntures	(13.870)	(8.260)
Compensação de imposto passivo	51.123	15.785
Impostos passivos após compensação	-	-
Imposto diferido líquido	144.281	126.715
Movimentação do imposto diferido	2024	2023
Saldos em 1º de janeiro	126.715	79.922
Reconhecimento no resultado	17.566	46.793
Saldos em 31 de dezembro	144.281	126.715

- (a) A Companhia estima recuperar o crédito tributário decorrente de prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social nos seguintes exercícios, podendo a recuperação ser realizada em prazo diferente, em função de eventuais reorganizações societárias e de estrutura de capital:

	2024
2030 em diante	185.502
Total	185.502

9. Partes relacionadas

Os saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, assim como as transações que influenciaram os resultados dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, relativos às operações com partes relacionadas, decorrem de transações entre a Companhia, sua controladora, controladora indireta e outras partes relacionadas.



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Saldos	2024				2023			
	Controladora	Controladora indireta	Outras partes relacionadas	Total	Controladora	Controladora indireta	Outras partes relacionadas	Total
Ativo	20	77	324	421	-	4	1.426	1.430
Aplicações financeiras	-	-	-	-	-	-	855	855
Bancos conta movimento	-	-	270	270	-	-	429	429
Contas a receber	20	77	54	151	-	4	142	146
Passivo	-	55.647	127	55.774	413	6.616	774	7.803
Fornecedores e contas a pagar	-	55.647	127	55.774	413	6.616	774	7.803

Transações	2024				2023			
	Controladora	Controladora indireta	Outras partes relacionadas	Total	Controladora	Controladora indireta	Outras partes relacionadas	Total
Custos / despesas - benefício da previdência privada de colaboradores	-	-	(625)	(625)	-	-	(576)	(576)
Custos / despesas - doações	-	-	-	-	-	-	(1.143)	(1.143)
Custos / despesas - seguros	-	-	(8)	(8)	-	-	(6)	(6)
Custos / despesas de infraestrutura utilizada	-	-	2	2	-	-	(929)	(929)
Custos / despesas - serviços especializados e consultorias	-	-	(138)	(138)	-	(203)	-	(203)
Custos / despesas - serviços de suporte e manutenção de tecnologia	-	-	(872)	(872)	-	-	(1.780)	(1.780)
Custos / despesas - serviços de transmissão de dados	-	-	(1)	(1)	-	-	(42)	(42)
Custos / despesas - serviços de treinamento de pessoal	-	-	(1)	(1)	-	-	(17)	(17)
Custos / despesas - benefício em vales a colaboradores	-	-	(6.310)	(6.310)	-	-	-	-
Custos / despesas de lanches e refeições	6	-	-	6	-	-	-	-
Custos / despesas - Despesas indutíveis	7	-	-	7	-	-	-	-
Custos / despesas - outros gastos gerais	-	-	1	1	-	-	-	-
Despesa de prestação de garantias em emissões de dívidas	-	(28.846)	(3.966)	(32.812)	-	(24.651)	(1.341)	(25.992)
Despesas financeiras - juros, variações monetárias e cambiais	-	-	(86)	(86)	-	-	(64)	(64)
Receitas de aplicações financeiras	-	-	69	69	-	-	6.707	6.707
Receitas de prestação de serviço entre partes relacionadas	-	-	499	499	-	-	623	623
Repasso de custos e despesas - CCR CSC (*)	-	(23.727)	-	(23.727)	-	(20.340)	(7)	(20.347)
Repasso de custos e despesas de colaboradores	(558)	215	(234)	(577)	-	219	(513)	(294)
Imobilizado/ Intangível	-	-	172	172	-	(7)	(160)	(167)

(*) No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Companhia realizou o pagamento de R\$ 23.583 referente aos repasses de custos e despesas com a Controladora indireta CCR.

9.1. Profissionais-chave da administração

Despesas com profissionais-chave

	2024
Remuneração (b) (c)	436
Outros benefícios:	436
Complemento de provisão de PPR do ano anterior (a)	436

Na Assembleia Geral Ordinária (AGO) realizada em 05 de abril de 2024, foi fixada a remuneração anual dos membros do conselho da Administração e diretoria da Companhia de até R\$ 1.000, incluindo honorários, eventuais gratificações, seguridade social e benefícios.

- Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, foram efetuados pagamentos de PPR no montante de R\$ 436;
- Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, foi repassado através de rateio da Controladora indireta o montante R\$ 2.072, referente as despesas com profissionais-chave; e
- Contempla valor total de remuneração fixa e variável atribuível aos membros da administração e diretoria.



10. Ativo imobilizado e imobilizações em andamento

	Imobilizado			Total em operação	Imobilizações em andamento	Total imobilizado
	Móveis e utensílios	Máquinas e equipamentos	Veículos			
Saldo em 1º de janeiro de 2023	-	-	-	-	13.198	13.198
Adições	-	-	-	-	5.085	5.085
Transferências	33	142	4.306	4.481	(4.481)	-
Reclassificação entre imobilizado e intangível	-	3	-	3	-	3
Depreciação	(3)	(16)	(787)	(806)	-	(806)
Outros	(1)	-	(245)	(246)	-	(246)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	29	129	3.274	3.432	13.802	17.234
Custo	32	145	4.061	4.238	13.802	18.040
Depreciação acumulada	(3)	(16)	(787)	(806)	-	(806)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	29	129	3.274	3.432	13.802	17.234
Adições	-	-	-	-	3.097	3.097
Baixas	-	(3)	-	(3)	-	(3)
Transferências	265	4.515	214	4.994	(4.994)	-
Reclassificação entre imobilizado e intangível	-	152	-	152	-	152
Depreciação	(10)	(513)	(1.009)	(1.532)	-	(1.532)
Outros	(1)	(177)	(13)	(191)	-	(191)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	283	4.103	2.466	6.852	11.905	18.757
Custo	296	4.632	4.262	9.190	11.905	21.095
Depreciação acumulada	(13)	(529)	(1.796)	(2.338)	-	(2.338)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	283	4.103	2.466	6.852	11.905	18.757
Taxa média anual de depreciação % Em 31 de dezembro de 2024	10	19	24			

Foram acrescidos aos ativos imobilizados, custos de debêntures no montante de R\$ 776 no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 1.079 no exercício findo em 31 de dezembro de 2023). As taxas médias de capitalização (custo de debêntures dividido pelo saldo médio de debêntures) nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 foram de 5,37% a.a e 10,72% a.a., respectivamente.

11. Intangível e infraestrutura em construção

	Intangível			Total em operação	Infraestrutura em construção	Total do intangível
	Exploração da infraestrutura concedida	Sistemas informatizados	Sistemas informatizados em andamento			
Saldo em 1º de janeiro de 2023	2.683.886	-	1.642	2.685.528	43.731	2.729.259
Adições	-	-	1.607	1.607	382.723	384.330
Transferências	14.333	-	-	14.333	(14.333)	-
Reclassificação entre imobilizado e intangível	-	-	(3)	(3)	-	(3)
Amortização	(44.089)	-	-	(44.089)	-	(44.089)
Outros	(684)	-	-	(684)	-	(684)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	2.653.446	-	3.246	2.656.692	412.121	3.068.813
Custo	2.728.055	-	3.246	2.731.301	412.121	3.143.422
Amortização acumulada	(74.609)	-	-	(74.609)	-	(74.609)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	2.653.446	-	3.246	2.656.692	412.121	3.068.813
Adições	-	-	1.500	1.500	1.080.364	1.081.864
Transferências	1.284.106	1.086	(1.087)	1.284.105	(1.284.105)	-
Reclassificação entre imobilizado e intangível	-	-	(152)	(152)	-	(152)
Amortização	(49.204)	(67)	-	(49.271)	-	(49.271)
Outros	(288)	-	-	(288)	(32)	(320)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	3.888.060	1.019	3.507	3.892.586	208.348	4.100.934
Custo	4.011.873	1.083	3.510	4.016.466	208.348	4.224.814
Amortização acumulada	(123.813)	(67)	-	(123.880)	-	(123.880)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	3.888.060	1.016	3.510	3.892.586	208.348	4.100.934
Taxa média anual de amortização % Em 31 de dezembro de 2024	(a)	20				

(a) Amortização pela curva de benefício econômico.

Infraestrutura em construção

O montante de infraestrutura em construção em 31 de dezembro de 2024, refere-se, principalmente, às obras detalhadas a seguir:



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Total	184.246
Obras contratuais fase 1B	116.713
Obras de ampliação e adequação dos Aeroportos	35.202
Serviços de desenvolvimento e implantação de sistemas	6.756
Revitalização do sistema de sonorização	6.291
Consultoria dos serviços de estudos socioambientais	5.183
Revitalização do sistema de controle de acesso no aeroporto	4.216
Serviços de pavimentação	4.020
Melhorias no sistema de arrecadação	3.243
Aquisição de equipamento de Raio X dual view	2.622

Foram acrescentados aos ativos intangíveis, custos de empréstimos no montante de R\$ 87.017 no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 18.799 no exercício findo em 31 de dezembro de 2023). As taxas médias de capitalização (custo de debêntures dividido pelo saldo médio de debêntures) nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 foram de 5,37% a.a. e 10,72% a.a., respectivamente.

12. Financiamentos

Instituições financeiras	Taxas contratuais	Taxa efetiva do custo de transação (% a.a.)	Vencimento final	Custos de transação incorridos	Saldos dos custos a apropriar	2024
BNDES - FINEM I (Subcrédito A - 1º desembolso)	IPCA + 8,252144% a.a.	8,7324% (a)	Outubro de 2047	4.899	4.878	146.685 (b)
					4.878	146.685

	2024
Circulante	155
Empréstimos e financiamentos	429
Custos de transação	(274)
Não circulante	146.530
Empréstimos e financiamentos	151.134
Custos de transação	(4.604)
Total	146.685

(a) O custo efetivo destas transações refere-se aos custos incorridos na emissão dos títulos e não considera taxas pós-fixadas, uma vez que a liquidação dos juros e principal dar-se-á no final da operação e na data de cada transação não são conhecidas as futuras taxas aplicáveis. Estas taxas somente serão conhecidas com a fluência do prazo de cada transação. Quando uma operação possui mais de uma série/tranche, está apresentada à taxa média ponderada; e

Garantias:

(b) Fiança corporativa da CCR em condição suspensiva, no caso de término antecipado do contrato de concessão.



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Cronograma de desembolsos (não circulante)	2024
2027	1.523
2028	3.214
2029	3.264
2030 em diante	143.133
(-) Custo de transação	(4.604)
Total	146.530

A Companhia possui contratos de financiamentos com cláusulas de *cross default* e/ou *cross acceleration*, que estabelecem vencimento antecipado, caso deixe de pagar valores devidos em outros contratos por ela firmados ou caso ocorra o vencimento antecipado dos referidos contratos. Os indicadores são constantemente monitorados a fim de evitar a execução de tais cláusulas. Não há quebra de *covenants* relacionados aos financiamentos.

13. Debêntures

Série	Taxas contratuais	Taxa efetiva do custo de transação (%) a.a.)	Vencimento final	Custos de transação incorridos	Saldos dos custos a apropriar	2024	2023
3a Emissão - Série 1	IPCA + 6,99% a.a.	7,0784% (a)	Outubro de 2047	20.532	19.692	2.659.379	2.531.270 (b) (c) (d) (e)
3a Emissão - Série 2	IPCA + 6,99% a.a.	7,2953% (a)	Outubro de 2047	16.410	16.226	695.960	- (b) (c) (d) (e)
				Total	35.918	3.355.339	2.531.270

	2024	2023
Circulante	45.641	32.574
Debêntures	46.953	33.304
Custos de transação	(1.312)	(730)
Não circulante	3.309.698	2.498.696
Debêntures	3.344.304	2.518.387
Custos de transação	(34.606)	(19.691)
Total	3.355.339	2.531.270

(a) O custo efetivo destas transações refere-se à taxa interna de retorno (TIR) calculada considerando os juros contratados mais os custos de transação. Para os casos aplicáveis, não foram consideradas as taxas contratuais variáveis para fins de cálculo da TIR;

Garantias:

- (b) Garantia real;
- (c) Alienação fiduciária;
- (d) Cessão fiduciária de direitos da concessão e creditórios; e
- (e) Fiança corporativa dos acionistas na proporção de sua participação acionária até o *completion*.



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Cronograma de desembolsos (não circulante)	2024
2027	3.344
2028	16.683
2029	40.100
2030	3.284.177
(-) Custo de transação	(34.606)
Total	3.309.698

A Companhia possui contratos financeiros de debêntures com cláusulas de *cross default* e/ou *cross acceleration*, que estabelecem vencimento antecipado, caso deixe de pagar valores devidos em outros contratos por ela firmados ou caso ocorra o vencimento antecipado dos referidos contratos. Os indicadores são constantemente monitorados a fim de evitar a execução de tais cláusulas. Não há quebra de *covenants* relacionados às debêntures.

14. Fornecedores

	2024	2023
Circulante	73.908	72.023
Fornecedores e prestadores de serviços nacionais (a)	46.110	65.574
Fornecedores e prestadores de serviços estrangeiros (a)	70	-
Cauções e retenções contratuais (b)	27.728	6.449
Não circulante	687	1.896
Fornecedores e prestadores de serviços nacionais (a)	687	1.896
Total	74.595	73.919

- (a) Refere-se principalmente a valores a pagar por conta de serviços, materiais e equipamentos relacionados a obras de melhorias, manutenção e conservação; e
- (b) Trata-se de garantia contratual estabelecida com prestadores de serviços, destinada a suprir eventuais inadimplências fiscais e trabalhistas destes prestadores, em decorrência de responsabilidade solidária da Companhia. Em média, são retidos 5% do valor das medições até o encerramento do contrato de prestação de serviços.

15. Obrigações sociais e trabalhistas

	2024	2023
Circulante	22.724	20.988
Salários e remunerações a pagar	2.306	2.217
Benefícios, gratificações e participações a pagar	12.186	11.257
Encargos sociais e previdenciários	2.701	2.601
Provisão para férias	5.531	4.913
Não circulante	248	481
Gratificações e participações a pagar	248	481
Total	22.972	21.469



16. Risco cíveis, trabalhistas, previdenciários, tributários e contratuais

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de suas respectivas operações, envolvendo questões cíveis, trabalhistas e previdenciárias.

16.1 Processos com prognóstico de perda provável

A Administração constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, conforme quadro abaixo, com base em (i) informações de seus assessores jurídicos, (ii) análise das demandas judiciais pendentes e, (iii) experiência anterior referente às quantias reivindicadas:

	Cíveis, Administrativos e outros	Trabalhistas e previdenciários	Tributários	Contratuais	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023	-	-	-	-	-
Constituição	61	63	20	3	147
Reversão	(1)	-	-	(3)	(4)
Pagamentos	(60)	(23)	(20)	-	(103)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	-	40	-	-	40

16.2 Processos com prognóstico de perda possível

A Companhia possui outros riscos relativos a questões cíveis e trabalhistas, avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, nos montantes indicados abaixo, para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não determinam sua contabilização.

	2024
Tributários	14.640
Cíveis e administrativos	295
Trabalhistas e previdenciários	1.131
Total	16.066

17. Patrimônio líquido

17.1. Capital social

O capital social subscrito da Companhia é de R\$ 2.968.340, dos quais R\$ 1.723.330 ainda não foram integralizados, representado por 2.968.340.591 de ações ordinárias.

17.2. Plano de Incentivo de Longo Prazo, liquidável em Ações

Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 26 de junho de 2024 pela Controladora indireta, houve outorga de novo Plano de Incentivo de Longo Prazo, com as características e parâmetros de precificação abaixo:



Parcela de Performance

- Quantidade de ações outorgadas - parcela de performance: 24.640 ações;
- Data da outorga: 26 de junho de 2024;
- Preço corrente (*TSR* do ano anterior): R\$ 13,04;
- Preço de exercício (*TSR* alvo) para cada tranche: R\$ 14,61, R\$ 16,44 e R\$ 18,46;
- Volatilidade esperada (Desvio-padrão do logaritmo natural da variação diária das ações da Companhia entre janeiro de 2003 até a data-base da outorga): 2,46%;
- *Dividend Yield* (média histórica anual desde 2003): 4,13%;
- Taxa de juros livre de risco para cada tranche: 10,03%, 8,84% e 8,83%;
- Prazo total: 3 anos para a 1ª parcela (2 anos de *vesting*), 4 anos para a 2ª parcela (3 anos de *vesting*) e 5 anos para a 3ª parcela (4 anos de *vesting*).

Parcela de Retenção

O valor justo da parcela atrelada à retenção, 24.640 ações, foi determinado pelo preço de mercado das ações da Controladora indireta, em 26 de junho de 2024 (data de outorga), de R\$ 11,80, e está condicionada apenas à passagem do tempo e à prestação do serviço por parte dos funcionários.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, foi reconhecido como despesa, em contrapartida a reserva de capital, o montante de R\$ 425.

18. Receitas operacionais líquidas

	2024	2023
Receita bruta	1.615.756	845.503
Receitas tarifárias	312.944	288.908
Receitas não tarifárias	295.160	243.512
Receitas de construção	1.007.153	312.459
Receita de prestação de serviço de partes relacionadas	499	624
Deduções das receitas brutas	(71.957)	(66.442)
Impostos sobre receitas	(70.132)	(61.448)
Abatimentos	(1.825)	(4.994)
Receita operacional líquida	1.543.799	779.061



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

19. Resultado financeiro

	2024	2023
Despesas financeiras	(297.035)	(336.057)
Juros sobre debêntures e financiamentos	(210.839)	(311.578)
Variação monetária sobre debêntures e financiamentos	(127.052)	(18.386)
Variações cambiais sobre fornecedores estrangeiros	(24)	(12)
Comissão de fianças partes relacionadas	(32.812)	(24.651)
Comissões sobre fianças	(8.226)	-
Capitalização de custo dos empréstimos	87.793	19.878
Ajuste a valor presente - arrendamento	(12)	(15)
Taxas, comissões e outras despesas financeiras	(5.863)	(1.293)
Receitas financeiras	24.942	41.500
Rendimento sobre aplicações financeiras	22.778	40.262
Variações cambiais sobre fornecedores estrangeiros	11	78
Juros e outras receitas financeiras	2.153	1.160
Resultado financeiro líquido	(272.093)	(294.557)

20. Instrumentos financeiros

20.1. Instrumentos financeiros por categoria e hierarquia de valor justo

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo. Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, se o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo.

		2024	2023
Ativo	Nível	352.770	410.739
Valor justo através do resultado		283.938	353.711
Caixa e bancos	Nível 2	369	489
Aplicações financeiras	Nível 2	211.855	353.222
Aplicações financeiras vinculadas - conta reserva	Nível 2	71.714	-
Custo amortizado		68.832	57.028
Contas a receber das operações		68.681	56.882
Contas a receber de partes relacionadas		151	146
Passivo	Nível	(3.638.267)	(2.620.178)
Custo amortizado		(3.638.267)	(2.620.178)
Debêntures (a)	Nível 2	(3.355.339)	(2.531.270)
Financiamentos (a)	Nível 2	(146.685)	-
Fornecedores e outras contas a pagar		(80.469)	(81.105)
Fornecedores e contas a pagar a partes relacionadas		(55.774)	(7.803)
Total		(3.285.497)	(2.209.439)

(a) Os valores contábeis estão líquidos dos custos de transação.

Debêntures mensuradas ao custo amortizado - Caso fosse adotado o critério de reconhecer esses passivos pelos seus valores justos (nível 2), os saldos apurados seriam os seguintes:



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2024		2023	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Debêntures (a)	3.391.257	2.950.196	2.551.691	3.274.671

(a) Os valores contábeis estão brutos dos custos de transação.

20.2. Análise de sensibilidade

As análises de sensibilidade são estabelecidas com base em premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e as premissas utilizadas nos cálculos. No entanto, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação das análises.

A Companhia adotou para os cenários de estresse A e B da análise de sensibilidade, os percentuais de 25% e 50%, respectivamente, os quais são aplicados no sentido de apresentar situação que demonstre sensibilidade relevante de risco variável.

20.2.1. Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros

Abaixo estão demonstrados os valores resultantes das variações monetárias e de juros sobre os contratos de debêntures e aplicações financeiras, no horizonte de 12 meses, ou seja, até 31 de dezembro de 2025, ou até o vencimento final de cada operação, o que ocorrer primeiro.

Risco	Exposição em R\$ ⁽⁴⁾⁽⁵⁾	Efeito em R\$ no resultado		
		Cenário provável	Cenário A 25%	Cenário B 50%
IPC-A	3.542.819	(426.856)	(471.917)	(516.978)
Efeito sobre empréstimos e debêntures		(426.856)	(471.917)	(516.978)
CDI	284.215	32.151	40.154	48.145
Efeito sobre as aplicações financeiras		32.151	40.154	48.145
Total do efeito de ganho / (perda)		(394.705)	(431.763)	(468.833)

A taxa de juros considerada foi⁽¹⁾:

CDI ⁽²⁾	12,1500%	15,1875%	18,2250%
IPC-A ⁽³⁾	4,8300%	6,0375%	7,2450%

(1) A taxa apresentada acima serviu como base para o cálculo, sendo a mesma utilizada nos 12 meses do cálculo:

Nos itens (2) e (3) abaixo, estão detalhadas as premissas para obtenção das taxas do cenário provável:

(2) Taxa de 31/12/2024, divulgada pela B3;

(3) Variação anual acumulada nos últimos 12 meses, divulgada pelo IBGE;

(4) Os valores de exposição não contemplam ajustes a valor justo, não estão deduzidos dos custos de transação, e não consideram os saldos de juros em 31/12/2024, quando estes não interferem nos cálculos dos efeitos posteriores; e

(5) Os cenários de estresse contemplam depreciação dos fatores de risco (CDI e IPCA).



21. Compromissos vinculados a contratos de concessão

A Concessionária assumiu compromissos em seu contrato de concessão que contemplam investimentos (melhorias e grandes manutenções periódicas) a serem realizados durante o prazo da concessão. Os valores demonstrados abaixo refletem o valor dos investimentos estabelecidos no início do contrato de concessão, atualizados anualmente pelos índices de reajuste tarifário (IRT), portanto não contemplam eventuais diferenças frente a preços de mercado e a outros indicadores de correção de preços:

	2024	2023
Compromisso de investimento	-	924.676

Os valores acima não incluem eventuais investimentos contingentes, de nível de serviço, casos em discussão para reequilíbrio e manutenções menores não periódicas.

22. Demonstração dos fluxos de caixa

22.1. Transações que não afetaram caixa

As transações que não afetaram caixa, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, estão apresentadas nas rubricas do fluxo de caixa, as quais estão demonstradas abaixo:

	2024	2023
Efeito no caixa líquido das atividades operacionais	479	74.352
Tributos a recuperar	479	-
Fornecedores	-	74.352
Efeito no caixa líquido das atividades de investimento	(479)	(74.352)
Adições ao ativo intangível	-	(74.352)
Outros de ativo imobilizado e intangível	(479)	-

22.2. Atividades de financiamento

A Companhia classifica os juros pagos como atividade de financiamento, por entender que tal classificação melhor representa os fluxos de obtenção de recursos para cumprimento das obrigações dos contratos de concessões.

A reconciliação das atividades de financiamento está demonstrada a seguir:

	Debêntures e financiamentos	Arrendamento	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023	(2.531.270)	(198)	(2.531.468)
Variações dos fluxos de caixa de financiamento	(632.863)	53	(632.810)
Captações (líquidas dos custos de transação)	(828.690)	-	(828.690)
Pagamentos de principal e juros	195.827	53	195.880
Outras variações que não afetam caixa	(337.891)	(12)	(337.903)
Despesas com juros e variação monetária	(337.891)	(12)	(337.903)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	(3.502.024)	(157)	(3.502.181)



23. Eventos subsequentes

Em 10 de março de 2025, ocorreu a integralização do capital social no montante de R\$ 44.750, conforme aprovado em Assembleia Geral Extraordinária em 25 de junho de 2021.



Composição do Conselho de Administração

Waldo Edwin Pérez Leskovar	Presidente
Ana Maria de Castro Rovai	Membro Efetivo
Marcus Vinícius Vieira Macedo	Membro Efetivo
Marcus Faria Moreno	Membro Efetivo
Rodrigo Siqueira Abdala	Membro Efetivo

Composição da Diretoria

Waldo Edwin Pérez Leskovar	Diretor Presidente
Monique Henriques Barbata de Souza	Diretora

Contadora

Fabia da Vera Cruz Campos Stancatti
CRC 1SP190868/0-0